

# Arquitetura e Urbanismo: Forma, Espaço e Design 2

Bianca Camargo Martins  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora  
Ano 2020

# Arquitetura e Urbanismo: Forma, Espaço e Design 2

Bianca Camargo Martins  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora  
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Karine de Lima

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof<sup>a</sup> Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof<sup>a</sup> Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

A772    Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : forma, espaço e design  
2 / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa, PR:  
Atena, 2020.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-86002-22-5  
DOI 10.22533/at.ed.225200503

1. Arquitetura. 2. Desenho (Projetos). 3. Urbanismo. I. Martins,  
Bianca Camargo.

CDD 720

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Essa edição de “Arquitetura e Urbanismo: forma, espaço e design” apresenta experiências das mais diversas áreas da arquitetura e urbanismo, como: arquitetura, conforto ambiental, preservação do patrimônio cultural, planejamento urbano e tecnologia. Assim, busca trazer ao leitor novos conceitos e novas reflexões para a prática da arquitetura e do urbanismo.

Acredito que os textos aqui contidos representam grandes avanços para o meio acadêmico. Em um momento crítico para a pesquisa, a Atena Editora se mostra consoante com a intenção de fomentar o conhecimento científico e cooperar com o diálogo acadêmico de forma abrangente e eficaz.

Boa leitura!

Bianca Camargo Martins

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A COMPLEXIDADE ESPACIAL NA OBRA DE TADAO ANDO	
Eduardo José Coimbra Magalhães Leonardo Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2252005031</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>20</b>
TIJOLOS QUE ENSINAM: A SUSTENTABILIDADE, A FUNÇÃO SOCIAL DO ARQUITETO E A ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	
Luis Alexandre Amaral Pereira Pinto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2252005032</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>36</b>
PERCURSO HISTÓRICO DA HABITAÇÃO PRÉ-FABRICADA EM CONCRETO ARMADO	
Isabella Silva de Serro Azul Maria Augusta Justi Pisani	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2252005033</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>45</b>
ORGANIZACIÓN SOCIO ESPACIAL DE UN CENTRO DE EVACUADOS TRANSITORIO PARA EL HÁBITAT EN SITUACIÓN DE CRISIS, SAN JUAN-ARGENTINA	
Juana Raiano Alicia Pringles Verónica Sinerol Lucas Garino	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2252005034</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>59</b>
PARROQUIAS NEOGÓTICAS EN EL SANTIAGO REPUBLICANO: PASADO Y PRESENTE	
Mirtha Pallarés Torres M. Eugenia Pallarés Torres Jing Chang Lou	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2252005035</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>71</b>
ILUMINAÇÃO APLICADA AO VISUAL <i>MERCHANDISING</i> : DIRETRIZES PARA UMA EXPERIÊNCIA DE COMPRA DIFERENCIADA	
Paulo Eduardo Hauqui Tonin	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2252005036</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>86</b>
ANÁLISE DO TEMPO DE REVERBERAÇÃO EM SALAS DE AULA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN), BRASIL	
Luciana da Rocha Alves Bianca Carla Dantas de Araújo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2252005037</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>101</b>
IMPLEMENTAÇÃO E ANÁLISE DE JARDIM FILTRANTE: ALTERNATIVA PARA O REUSO DE ÁGUA COMO PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS EM ÁREAS RURAIS E URBANAS	
Jullia Eduarda Delmachio Silva Acácio Pedro da Silva Júnior Tatiane Boisa Garcia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2252005038</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>112</b>
O DESENHO URBANO COMO INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM CIDADES COMPETITIVAS	
Donizete Ferreira Beck	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2252005039</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>122</b>
PLANO DE BAIRRO E REDE DE BIBLIOTECAS: UMA PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO	
Arlete Maria Francisco Cristina Maria Perissinotto Baron Tatiane Boisa Garcia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.22520050310</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>139</b>
PROJETOS DE INTERVENÇÃO URBANA DE GESTÃO PARTICIPATIVA: UM COMPARATIVO ENTRE SÃO PAULO, PARIS, MEDELLÍN E KOBE	
Bárbara Cavalcante de Andrade Barioni Danillo de Lima Cavalcante Pauline Pereira Lopes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.22520050311</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>151</b>
CENÁRIOS DE TRANSFORMAÇÃO DO 4º DISTRITO: AS DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS ENTRE MORADIA E TRABALHO NO BAIRRO FLORESTA - PORTO ALEGRE	
Eliane Constantinou Letícia Bettio Machado	
<b>DOI 10.22533/at.ed.22520050312</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>166</b>
PLANO DE REVITALIZAÇÃO URBANA DOS BAIRROS SÃO LUIZ E SÃO JOSÉ	
Paulo Pontes Correia Neves Alessandra Santos Pedrosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.22520050313</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>181</b>
EFECTOS DE LA LEY DE APORTE AL ESPACIO PÚBLICO EN LA PRODUCCIÓN DE LAS CIUDADES CHILENAS. CASO DE ESTUDIO ZONA SUR-ORIENTE DE LA COMUNA DE SANTIAGO	
M. Eugenia Pallarés Torres Mirtha Pallarés Torres Jing Chang Lou Luz Alicia Cárdenas Jirón Felipe Gallardo Gastelo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.22520050314</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>195</b>
(RE)CONFIGURAÇÃO DA FUNCIONALIDADE ESPACIAL INTRA PROCESSO DE CRESCIMENTO DAS CIDADES MÉDIAS INTERIORANAS PAULISTAS: O CASO DE BRAGANÇA PAULISTA	
Kauê Santos Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.22520050315</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>208</b>
PLANO DIRETOR, INCORPORADORAS IMOBILIÁRIAS E NOVAS EDIFICAÇÕES EM PORTO ALEGRE	
Vitoria Gonzatti de Souza	
Livia Teresinha Salomão Piccinini	
<b>DOI 10.22533/at.ed.22520050316</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>221</b>
MOVILIDAD URBANA, INFLUENCIA INMIGRANTE EN EL PAISAJE URBANO DE VALPARAÍSO	
Hernán Alejandro Elgueta Strange	
<b>DOI 10.22533/at.ed.22520050317</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>233</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>234</b>

## PLANO DE REVITALIZAÇÃO URBANA DOS BAIRROS SÃO LUIZ E SÃO JOSÉ

Data de submissão: 17/01/2020

Data de aceite: 21/02/2020

### Paulo Pontes Correia Neves

Especialista em Renovação Urbana e Patrimônio Histórico pela Universidade Federal de Minas Gerais; Especialista em Desenho Urbano pela Universidade de Brasília; Arquiteto pela Escola de Arquitetura pela Universidade Técnica de Lisboa; Engenheiro Arquiteto pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais  
Belo Horizonte – Minas Gerais

### Alessandra Santos Pedrosa

Arquiteta e Urbanista pelo Instituto Metodista Izabela Hendrix  
Belo Horizonte – Minas Gerais  
<http://lattes.cnpq.br/7924377104899671>

**RESUMO:** O propósito do Plano é, através do desenho urbano e da gestão cidadã, contribuir na construção de um espaço público que tenha a cidadania e a equidade para todos, na apropriação e uso igualitário do espaço público, um dos objetivos na preservação do desenho “cidade-jardim”, característica urbana fundamental na preservação da qualidade do clima na cidade (JACOBS, 2003). Com um dos melhores e mais diversificados espaços públicos de Belo Horizonte (LARA, 2018), - que atrai não só a atenção dos seus habitantes como também a internacional, pela qualidade do

acervo da arquitetura e do paisagismo de maior significado construído na primeira metade do século XX (CULTURA, 2014), o Plano propõe ações de ocupação e compartilhamento dos espaços privados e públicos, seguro por meio do aumento do adensamento e valorização dos espaços públicos que se alcança a melhor e contínua preservação do seu patrimônio histórico e cultural. A cidade tem uma dinâmica, que se faz mais imperativa à escala do bairro, e por isso os Planos Diretores não têm a condição de acompanhá-la no estabelecimento das diretrizes de desenvolvimento local e de compreensão do papel do bairro na construção da cidade. Desta forma cabe aos moradores, por meio da gestão cidadã, papel fundamental, traduzido nos Planos de Pormenor, nos destinos do bairro e do seu patrimônio histórico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pampulha. Bairro Cidade-Jardim. Patrimônio Histórico.

### URBAN REVITALIZATION PLAN OF SÃO LUIZ E SÃO JOSÉ NEIGHBORHOODS

**ABSTRACT:** The purpose of the Plan is, through urban design and citizen management, to contribute to the construction of a public space that has citizenship and equity for all, the appropriation and equal use of public space, one of the objectives in the preservation of “garden city” design, a fundamental urban feature in the

preservation of climate quality in the city (JACOBS, 2003). With one of the best and most diverse public spaces in Belo Horizonte (LARA, 2018), - which attracts not only the attention of its inhabitants but also the international one - due to the quality of the most significant architecture and landscaping built in the first half of the century (CULTURA, 2014), the Plan proposes actions for the occupation and sharing of private and public spaces, secure by increasing the densification and enhancement of public spaces that will achieve the best and continuous preservation of its historical and cultural heritage. The city has a dynamic, which is more imperative at the neighborhood scale, so the Master Plans are not able to accompany it in establishing local development guidelines and understanding the role of the neighborhood in building the city. Thus, it is up to the residents, through citizen management, a fundamental role, translated in the Detail Plans, in the neighborhood's destinations and its historical heritage.

**KEYWORDS:** Pampulha. Garden City Neighborhood. Historical Heritage.

## INTRODUÇÃO

A cidade brasileira, foi fundada, evoluiu e se consolidou na costa mais oriental das Américas (MARX, 1980). E, nessa terra-território, que nasce do mar, e de pronto não se mostrou atrativa para uma ocupação mais demorada, a exemplo da espanhola, mas apesar disso essas cidades repetiram os modelos lusos de cidade alta e cidade baixa mais por costume do que por segurança. Estas ocupações foram entendidas como suporte ao vasto projeto português sob a bandeira de luta contra os infiéis e o lucro mercantilista advindo das riquezas das Áfricas, Índia e China. Estes sítios urbanos, como mais tarde os do interior do país, trazem uma memória medieval que impõe e justifica o traçado irregular a partir do sítio natural, abandonado e substituído pela futura república positivista por um traçado racional e regular que anula o sítio natural.

A ocupação por cidades pelo interior do país consolida-se no século XVIII com a riqueza das minas e, mais recente com a ampliação do agronegócio. Belo Horizonte é uma cidade que se constrói sobre esse horizonte de dividendos advindos da exploração do subsolo do seu estado, onde é a Capital (1897). Por ser planejada, traz em seu arcabouço histórico a visão positivista que regeu o seu desenho de uma cidade excludente, cujo crescimento feito por meio de adições sucessivas de novas áreas urbanas, infelizmente sem o devido cuidado ao se pensar no todo e sem respeitar a dinâmica da cidade, proporciona ambientes urbanos desiguais e desconexos (BALTAZAR, 1964).

Com a intensificação do crescimento urbano nas décadas de 1940 e 1950 passou-se a discutir a função social do arquiteto e urbanista na reforma urbana, e, ideias de Ebenezer Howard, do tecido urbano autônomo cercado por um cinturão verde (HOWARD, 1898), resposta à decadência social e urbana da cidade tradicional *versus* a industrialização do final do século XIX, são importadas, e, novamente de

forma excludente, não para o desenho da cidade, mas para a construção em Belo Horizonte de dois bairros restritos à alta elite – Cidade Jardim (LEI 39 DE 30 DE JULHO 1948) e São Luiz. Este último ocupa de forma privilegiada parte das margens da Lagoa da Pampulha, cuja obra começou em 1936 e foi inaugurada em 1938 (CARSALADE, 2007), aonde durante a gestão do prefeito Juscelino Kubitschek se inaugura o complexo da Pampulha, que aconteceu no dia 16 de maio de 1943 e que imediatamente repercute, nas palavras de Lúcio Costa “Oscar, Pampulha é uma beleza” (CARSALADE, 2007) ou mais com Deroche “Pampulha foi o grande entusiasmo de minha geração” (CARSALADE, 2007), qualidade essa recentemente reconhecida como Patrimônio da Humanidade.

Entre o final das décadas de 1940 e 1970 o bairro São Luiz consolida-se como uma área residencial de alto padrão, com boa arquitetura e ótima qualidade de vida, além de papel destacado no controle da qualidade do clima de Belo Horizonte, devido às normas urbanísticas que privilegiavam as áreas vegetais e permeáveis a se sobreporem de maneira expressiva às construídas. Desse período aos dias de hoje, em função do envelhecimento da sua população e do enrijecimento das normas urbanísticas o bairro entra em franca decadência, resultado da equação do mau uso e manutenção dos espaços e equipamentos públicos, da insegurança nas vias públicas e da renovação precária da sua população residente.

Ildelfonso Cerda, em *Teoría General de la Urbanización* analisa que “o mau funcionamento do espaço urbano constitui não só o sintoma mais visível da doença social, como também seu agente” (CERDA, 1867), demonstrando a urgência com a qual esse tópico deveria ser sempre tratado. E, o arquiteto e urbanista Jorge Wilhelm descreve que a Reforma Urbana (1964) apesar de assumir diferentes aspectos e formas deveria objetivar o planejamento urbano a longo prazo com o estabelecimento de prioridades na utilização de terrenos ociosos e melhor distribuição dos recursos financeiros disponíveis. As propostas deveriam ser específicas para os locais de aplicação e, não apenas uma fórmula pronta (PLANOS DIRETORES) a ser aplicada a qualquer espaço urbano, como se preconiza também a partir da década de 1980 *New Urbanism*, ao resgatar para as cidades a qualidade de vida através da melhora contínua e sustentável do relacionamento do Homem e a Cidade, na construção próxima e cidadã do seu espaço urbano (PLANOS DE PROMENOR). Entre os debates relevantes sobre a cidade a partir de 2010 quando do tema no Dia Mundial da Saúde “Urbanismo e vida saudável para um planejamento espacial dos serviços de saúde”, as discussões da relação entre arquitetura e urbanismo com as questões sociais e de desenvolvimento econômico se impõem em novas metodologias para o desenho das cidades.

O planejamento urbano funciona como uma ferramenta de promoção do desenvolvimento socioespacial que, de acordo com Souza (2011), ocorre quando se constata “melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social”, com a meta na construção social de um projeto para as cidades do Brasil (2017). Para que isso

aconteça é necessário desenvolver políticas eficazes a garantir a equidade de acesso à segurança, educação, saúde e, finalmente a uma urbanização inclusiva.

Com essa perspectiva em mente, o propósito do Plano de Revitalização Urbana dos bairros São Luiz e São José é, através do desenho urbano e da gestão cidadã, contribuir para a construção de um espaço público que tenha a cidadania e a equidade para todos, na sua apropriação e uso igualitário, um dos objetivos na preservação do desenho “cidade-jardim”, característica urbana fundamental no controle da qualidade do clima na cidade de Belo Horizonte.

Com um dos melhores e mais diversificados espaços públicos de Belo Horizonte (LARA, 2018) que atrai não só a atenção dos seus habitantes como também a internacional, pela qualidade do acervo da arquitetura e do paisagismo de maior significado construído na primeira metade do século XX (CULTURA, 2014), o Plano de Revitalização Urbana dos bairros São Luiz e São José propõe ações de ocupação e compartilhamento dos espaços privados e públicos. O projeto é um trabalho colaborativo e receptivo às ideias de todos interessados em contribuir construtivamente. A premissa para a colaboração é a busca por soluções e projetos que valorizem os espaços públicos e os integrem como parte da cidade, assim como propostas que privilegiem o aumento da densidade populacional do bairro. Partiu-se da premissa que as cidades, como Belo Horizonte, têm uma dinâmica, que se faz mais imperativa à escala do bairro, e por isso os Planos Diretores não têm a condição de acompanhá-la no estabelecimento das diretrizes de desenvolvimento local e de compreensão do papel do bairro na construção da cidade (PRÁXIS, 2009). Desta forma cabe aos moradores, por meio da gestão cidadã (JACOBS, 2003), o papel fundamental, traduzido pelos Planos de Pormenor, nos destinos do bairro e do seu patrimônio histórico e cultural.

## OBJETIVO

A continuidade do uso principal - moradia de alto padrão, com morfologia predominante de bairro cidade jardim, característico da 1ª metade do século XX, como também, a criação de uma ampla área de lazer urbana em torno do conjunto arquitetônico e natural da Lagoa da Pampulha, têm forte impacto na diversidade derivada, e, com isso novos usos e tipos de ocupação deverão contribuir e reforçar o caráter do uso principal do bairro São Luiz, além de serem compatíveis com as diretrizes de proteção e valorização dos bens tombados ou de interesse cultural.

Esta introdução condensa os objetivos estratégicos do Plano de Revitalização Urbana dos bairros São Luiz e São José que são a valorização dos espaços públicos, adensamento e a diversificação dos usos.

- Revitalizar o bairro e recoloca-lo como participe da vida urbana da cidade;
- Empoderar os moradores no controle do seu espaço urbano (público e pri-

vado) imediato;

- Reestruturar os espaços públicos existentes e promover a criação de outros como forma de ampliar a vida coletiva;
- Inserir as áreas subutilizadas na dinâmica do bairro e da cidade como forma de aumento da segurança e atração de novos investimentos e ocupações;
- Reordenar a circulação e o trânsito com o objetivo de uma mobilidade mais segura e compartilhada, interligada à macroestrutura da circulação urbana;
- Orientar o olhar da administração pública para a dinâmica e demandas específicas do bairro no contexto da cidade;
- Definir as diretrizes e procedimentos junto aos gestores do bairro no desenvolvimento de editais de licitação, na definição de escopo de projetos e acompanhamento das obras.

A flexibilização não deverá se restringir somente aos usos mas também aos tipos de ocupação com o objetivo de “manter e reforçar as características de uso e ocupação que contribuem para a conformação da ambiência e da paisagem [...], composta de volumes construídos horizontalizados e descontínuos, espaçados e entremeados de maciços de vegetação arbórea;” (PRAXIS, 2009).

## METODOLOGIA

A Emenda 132/18 ao Plano Diretor (LEI 9.959/10) visa estabelecer o “compromisso do município com a implementação da Nova Agenda Urbana, [...] que objetivam o desenvolvimento da cidade de forma inclusiva, segura, resiliente e sustentável”, no §3º explicita, incisos II e V, garantir o direito à cidade sustentável e à democratização do uso do espaço público, o que corrobora as propostas do Plano de Revitalização Urbana dos bairros São Luiz e São José (*Figura 1*) quando visam alcançar os objetivos por meio de alterações no tráfego, ampliação e diversificação de usos e oportunidades de vivência, condições para o aumento de segurança nos espaços públicos e privados aumentando as possibilidades de sua apropriação pela população a qualquer hora.

O artigo 30 proporciona ao Plano de Revitalização Urbana dos bairros São Luiz e São José embasamento legal ao apresentar, nos incisos II, III, IV, V e VII os mesmos princípios para qualificação dos espaços públicos. A constar:

- Valorização do patrimônio cultural: o Conjunto Arquitetônico da Pampulha, elevado à condição de patrimônio mundial pela UNESCO, a orla da Lagoa e suas zonas de amortecimento;
- Proporcionar a permanência da população residente através da dinamização e compartilhamento das atividades existentes com outras em conformidade com o uso principal, prioridade do Plano de Revitalização Urbana dos bairros São Luiz e São José, uma vez que existe um forte movimento de

saída da região, assim como o seu envelhecimento;

- Criar oportunidades de apropriação dos espaços públicos pela população, residente ou não, por meio de ruas mais seguras, calçadas mais amplas e iluminadas, que entre outras, são formas ideais a manter a característica familiar e preservar o patrimônio modernista;
- Priorizar a circulação de pedestres e qualificar a estrutura relativa aos modos não motorizados de transporte, como ampliação das calçadas e ciclovias a garantir mais conforto e segurança para os usuários, com a criação de vias compartilhadas com amplas calçadas para pedestres e ciclistas transitarem com segurança, em função da redução da velocidade;
- Valorizar os espaços públicos através da criação e ampliação das áreas verdes e de equipamentos públicos, garantindo livre acesso aos mesmos a toda a população, de forma a ampliar as oportunidades de encontro e vivência, sempre respeitando os usos já consagrados agregados pelos anos de ocupação da população local.

Em resposta, o Plano de Revitalização Urbana dos bairros São Luiz e São José, desenvolvido de forma colaborativa, por meio da avaliação contínua em audiências públicas regulares para a validação das propostas técnicas e legais com o propósito de constituir a documentação legal e técnica para que as diretrizes de revitalização urbana aprovadas, permitam aos gestores do bairro o gerenciamento e definição do escopo de projetos e execução das obras pelos poderes público e privado, dentro de padrões de qualidade técnica, legais e outros, referendados nos projetos e documentos, de acordo com os parâmetros expressos pelos órgãos de proteção do patrimônio cultural e na legislação em vigor.

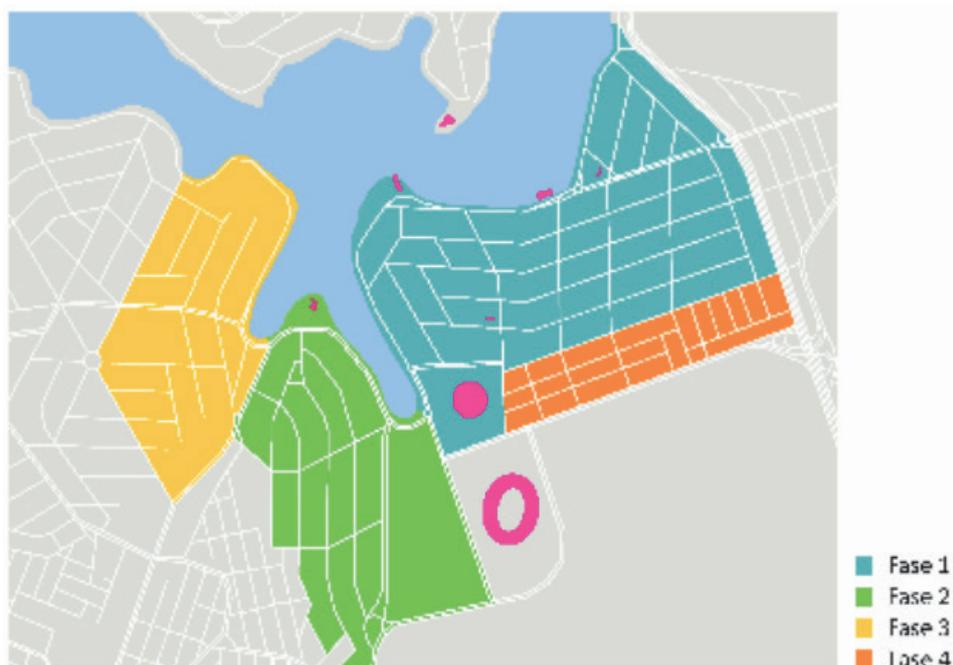


Figura 1 Mapa da área de intervenção. Fonte: GoogleMaps.

A área do bairro São Luiz, primeira fase do plano, assim como as outras duas, e, após a sua implantação, a área correspondente ao bairro São José, necessita de intervenção que se traduza em soluções a longo prazo, mas que respondam às suas necessidades e complexidades atuais em constante evolução. Impõe-se, assim, repensar a forma como aprendemos e trabalhamos o fazer a cidade. Os Planos Diretores devem evoluir de sua concepção estática e converter-se em “sistemas de ordenamento” (VICTOR TORRES, 2019) com vista à construção de um desenho dinâmico em resposta à identidade do bairro e à sua complexidade, com a participação cidadã de todos os envolvidos nesse processo.

São duas as premissas para o desenho dos sistemas de ordenamento no bairro, a primeira valorização dos espaços públicos e a segunda adensamento. A flexibilidade de usos é outra das condições indispensáveis para se gerar uma diversidade derivada ou compatível com os usos principais. É necessário que o bairro São Luiz atenda aos seguintes objetivos e características:

- Focar e atender às suas funções (usos) principais de moradia e turismo/lazer, com ruas e espaços públicos acessíveis, confortáveis e compartilhados;
- O bairro deve ter uma combinação de edificações que valorizem o seu patrimônio cultural, sempre com predominância da área vegetável sobre a construída;

Criar oportunidades para uma maior densidade de pessoas, sejam quais forem os seus propósitos em acordo com o uso principal, mas principalmente uma alta concentração de pessoas cujo o propósito é morar no bairro.

### **O Conjunto Moderno da Pampulha: Patrimônio Mundial**

No ano de 2016, a UNESCO reconheceu como Patrimônio da Humanidade o Conjunto Moderno da Pampulha, composto pelo o Cassino (atual Museu de Arte da Pampulha), a Casa do Baile (atual Centro de Referência em Urbanismo, Arquitetura e Design), o Iate Golfe Clube (atual Iate Tênis Clube), a Igreja de São Francisco de Assis, a Praça Dalva Simão, o espelho d'água e a orla da Lagoa no trecho que os articula e lhes confere unidade, pela forte presença do desenho paisagístico de Roberto Burle Marx.

Para a composição do conjunto tombado foram considerados os elementos que o envolvem e dão-lhe unidade, entre eles a destacar:

- O espelho d'água, que além de elemento motivador da localização do conjunto das edificações, está intimamente ligado à fruição de cada uma delas, funcionando também como elemento integrador do Conjunto, desde a sua concepção;
- As visadas a partir dos monumentos, mirantes e pontos de observação pri-

vilegiada. Em todos esses locais é sempre possível ver mais de um dos edifícios que integram este Conjunto Moderno, pela sinuosidade da orla da lagoa que permite a sua fruição a partir de diferentes perspectivas, sempre referenciadas por algum outro elemento do Conjunto Moderno;

- A urbanização da orla e as possibilidades de fruição das edificações e dos jardins, também a partir de percursos a pé, de bicicleta, em veículo motorizado particular e transporte coletivo, ou ainda de barco;

Como parte da candidatura foi estabelecido o que são denominadas de zonas de amortecimento. Elas são caracterizadas como zonas fora do delineamento do bem cultural, mas que contribui para a proteção, conservação, gestão, integridade, autenticidade e sustentabilidade do Valor Universal Excepcional do bem.

A zona de amortecimento está subdividida em 6 subzonas:

- Subzona 1: refere-se ao trecho da orla e do espelho d'água da Lagoa da Pampulha;
- Subzona 2: bairro São Luiz;
- Subzona 3: equipamentos de turismo e lazer de grande porte: o Mineirão (Estádio Governador Magalhães Pinto), o Mineirinho (Estádio Jornalista Felipe Drummond) e o CEU (Centro Esportivo Universitário da UFMG);
- Subzona 4: configura-se por parte do Bairro Bandeirantes, de ocupação mais recente (início dos anos 1970), cujo caráter é predominantemente residencial, com características semelhantes às do bairro São Luiz;
- Subzona 5: grandes áreas ainda sem parcelamento definitivo e com características praticamente rurais, o que faz com que tal região seja pouco adensada e com taxa de ocupação baixa, diferenciando-se dos demais trechos;
- Subzona 6: delimitada ao norte pela Avenida Portugal e quarteirões a ela lindeiros;

O Plano de Revitalização Urbana dos bairros São Luiz e São José engloba as três primeiras subzonas, como parte de uma metodologia de avaliação e desenvolvimento conceitual e técnico.

## O Plano de Revitalização Urbana dos Bairros São Luiz e São José

### a) Uso Principal: Moradia (Função Preferencial)

- Habitação unifamiliar - 1 und/1.000 m<sup>2</sup> nas áreas de proteção máxima e moderada; Graus I e II;
- Habitação multifamiliar horizontal - 2 und/1.000 m<sup>2</sup> nas áreas de proteção máxima e moderada; Graus I e II, em terrenos com área igual ou superior a 4.000 m<sup>2</sup>, e, em áreas inferiores até 3.500 m<sup>2</sup> somente no caso de existir imóvel classificado de interesse cultural a ser mantido e restaurado;
- Habitação multifamiliar vertical (h = 9 m) com taxa de ocupação de 40%,

afastamentos maiores que os atuais, divisas frontais ativas e estacionamento em subsolo, nas áreas de proteção moderada; Grau II;

- Uso compartilhado com permanência da moradia 1 und/1.000 m<sup>2</sup> nas áreas de proteção máxima e moderada; Graus I e II.

Entende-se por usos compartilhados todos aqueles cujo o impacto é compatível com o uso residencial no mesmo imóvel, com vagas de estacionamento (máximo 06) internas, acessos independentes e que use no máximo 60% da área legal existente construída.

### **b) Uso Principal: Turismo/Lazer**

As atividades incentivadas de cultura, educação, recreação e lazer não podem alterar os níveis de ruído legal compatíveis com o uso residencial, nem serem meios de polarização de transporte público e/ou privado, como também de grandes concentrações de pessoas em poucos equipamentos.

Estas atividades terão como foco exclusivo os usos institucionais que promovam o acervo cultural e o acesso ao esporte.

Grandes eventos, além de localização específica e com toda a infraestrutura que reduza o impacto sobre o uso de moradia, têm que obedecer a um calendário anual previamente aprovado, com o consenso entre os moradores, os promotores e o poder público.

### **c) Outros Usos (Anexo XXV\_Lei 9.959/10\_Revisão)**

Os outros usos derivados dos principais e pelos quais se pretende a diversidade e vitalidade do bairro serão todos aqueles de baixo impacto ambiental e compatíveis com o uso de moradia.

Atividades dos grupos de serviços de arquitetura, engenharia, consultoria, comércio exterior e advocacia até 30 funcionários, por exemplo, assim como galerias de arte, podem ocupar imóvel residencial e, no caso de edificação protegida com tombamento ou inventariada pela GPHU a condição é de restauro e recuperação da paisagem urbana original, sem impacto sobre a via pública.

### **d) O Tráfego no Plano de Revitalização Urbana dos Bairros São Luiz e São José**

Concomitante com a preocupação mundial em frear o aquecimento global, através, dentre outras ações, da redução dos combustíveis fósseis, e, como forma de enfatizar a importância histórica e cultural do bairro São Luiz, que compõe zona de amortecimento do Patrimônio Cultural da Humanidade, propomos a alteração do uso das suas vias para o conceito de “ruas compartilhadas”.

Este conceito e a sua implementação trazem consigo alterações no comportamento dos usuários: diminuição da velocidade do trânsito e ampliação de

oportunidades para outros usos, o que permitirá uma melhor apropriação do espaço público e, conseqüentemente mais segurança.

O fluxo passa, em sua maioria, a ser unidirecional, possibilitando a ampliação das calçadas, para maior conforto e segurança dos moradores - não só do bairro, como também de visitantes.

- **VIAS COMPARTILHADAS**

A deterioração e exclusividade a um tipo de transporte atualmente nas ruas do bairro impõe efeitos negativos aos padrões de mobilidade, segurança e qualidade da vida urbana. Ao se tornarem menos atrativas, os usuários não são estimulados a compartilhar o seu tempo nas vias públicas para realizar suas atividades ou trocas sociais.

As ruas compartilhadas, por outro lado contribuem para a valorização do espaço público, que é um dos fundamentos do Plano de Revitalização Urbana dos bairros São Luiz e São José, pois “o principal atributo de um distrito urbano próspero é que as pessoas se sintam seguras e protegidas na rua em meio a tantos desconhecidos” (JACOBS, 2003).

Como hoje são utilizadas, tanto por moradores como por usuários, as ruas se tornam corredores de insegurança, com todas as implicações negativas sobre este espaço urbano, forçando um distanciamento entre o público e o privado.

Dessa maneira, caminhar e andar de bicicleta tornam-se situações indesejáveis. Isso incide na sensação de segurança, gerando que cada vez mais atividades que tradicionalmente realizavam-se no espaço público passem a se desenvolver no espaço privado. (TELLA; AMADO, 2016)

Entretanto, estamos a meio de mudanças de paradigma a partir de debates internacionais que têm aumentado a demanda por mudanças no uso e fruição das vias públicas para devolver aos cidadãos esses espaços públicos vitais para a integração da comunidade.

A rua é o principal espaço público tanto por sua extensão como pela sua acessibilidade e atividades que contêm. Ali produz-se o encontro social e o fortalecimento das relações de vizinhança. E se caracteriza também porque ali se estabelece a articulação entre distintos modos, com notável supremacia de uns sobre outros. A vitalidade que supõe a vida urbana demanda um projeto sensível e flexível que reconheça a diversidade de papéis que a rua cumpre nos diferentes contextos urbanos. (TELLA; AMADO, 2016)

A proposta apresentada busca alterar o uso primário da via, do simples modo de deslocamento rápido, e priorizar um local convidativo que possibilite ser desfrutado e compartilhado ao promover a permanência e convívio entre as diferentes formas de uso possíveis (Figura 2).

O conceito de “ruas compartilhadas” propõe uma mudança de paradigma no uso da rua, eliminando a segregação por velocidades, tipos de transporte e locais de trânsito, promovendo espaços verdadeiramente compartilhados em que o direito de livre trânsito é exercido na forma de solidariedade, empatia, respeito e cuidado mútuo. (TELLA; AMADO, 2016)



Figura 2: Alameda dos Coqueiros (trecho): situação existente (A) e situação proposta (B).  
Fonte: GoogleMaps (A) e Leo Arruda (B).

#### • PARQUE ORLA PAMPULHA

A Avenida Otacílio Negrão de Lima, junto com a margem da lagoa, no trecho do bairro São Luiz, área do Plano de Revitalização Urbana dos bairros São Luiz e São José, ao ter o seu trânsito também disciplinado em mão única, proporcionará a ampliação dos passeios com áreas verdes para uso da população e a extensão e adequação da ciclovia na orla da Lagoa no trecho adjacente ao conjunto tombado, que atualmente se encontra fragmentada e fora dos padrões mínimos de uso e segurança. A proposta é de adequá-la aos padrões normativos e conectar os percursos existentes.

A criação de espaços públicos generosos e compatíveis com a fruição do patrimônio cultural e natural distinguido pelo título da UNESCO, além de valorizá-lo cria a oportunidade para a instalação de outros usos adequados à sua proteção e segurança dos usuários (Figura 3 e Figura 4).



Figura 3: Orla Pampulha | Rotunda Dalva Simão: situação existente (A) e situação proposta (B).  
Fonte: GoogleMaps (A) e Leo Arruda (B).



Figura 4: Orla Pampulha | Rotunda Dalva Simão: situação existente (A) e situação proposta (B).  
Fonte: GoogleMaps (A) e Leo Arruda (B).

- **IATE CLUBE**

Os jardins, projeto do Burle Marx para o late Golf Clube, atualmente destruídos, **passariam a ser de domínio público e integrados à Orla Pampulha**, cuja área verde consolida a moldura vegetal do conjunto tombado e, principalmente, **recupera o objetivo original da década de 40 para a região que foi a criação de uma grande área pública de lazer, inserida no cenário natural da Lagoa da Pampulha.**

Duas ações são importantes para a integração do clube no Plano de Revitalização Urbana dos bairros São Luiz e São José. A primeira é a recuperação e restauro do edifício original, com o uso do andar superior para um Centro de Referência de Arte Contemporânea e a segunda a demolição parcial e aterramento do anexo construído posteriormente, com o deslocamento dos espaços rentáveis do clube para o piso inferior, abertos sobre a lagoa e, a nova cobertura a receber projeto paisagístico a integrar os espaços públicos do bairro e da cidade e, desta forma recuperar as visadas originais do conjunto paisagístico na Lagoa da Pampulha (Figura 5).



Figura 5: Iate Clube | Anexo: situação existente (A) e situação proposta (B). Fonte: GoogleMaps (A) e Leo Arruda (B).

- **PARQUE PÚBLICO DO MINEIRINHO**

A proposta do parque, com a **implantação de um mirante** voltado para a Lagoa da Pampulha, visa devolver à população de Belo Horizonte e do bairro uma grande área, hoje subutilizada, e criar uma consistente barreira sonora aos eventos da esplanada do Mineirão. Este equipamento voltado para a valorização e contemplação

do patrimônio cultural e natural da lagoa irá proporcionar outro espaço de lazer para a população, com forte papel na dinamização das atividades de lazer e turismo (Figura 6).



Figura 6: Mineirinho/mirante: situação existente (A) e situação proposta (B). Fonte: GoogleMaps (A) e Leo Arruda (B).

No Mineirinho, equipamento público com tombamento, propomos a implantação e criação de um novo equipamento comunitário voltado para a valorização e contemplação do patrimônio cultural, de forma a propiciar um novo ponto de permanência para a população e dinamizar as atividades de lazer e turismo.

- **ALTERAÇÃO DO TRÁFEGO: MINEIRÃO/MINEIRINHO**

No trecho da Avenida Abraão Caram entre o Estádio do Mineirão e o futuro Parque do Mineirinho, o trânsito de veículos será interrompido, e permitido somente para pedestres e ciclistas. Esse desenho, resultado do plano de ordenamento de trânsito proposto, permite potencializar os usos dos dois equipamentos, como também contribuir para melhorar a qualidade ambiental do bairro (Figura 07).

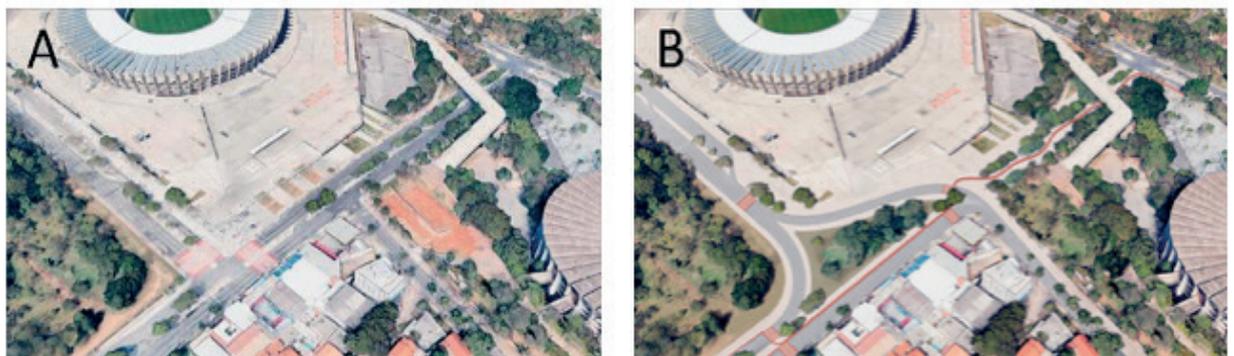


Figura 07: Avenida Abraão Caram\_Mineirinho/Esplanada do Mineirão: situação existente (A) e situação proposta (B). Fonte: GoogleMaps (A) e Leo Arruda (B).

## ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A qualidade da iluminação pública das vias está diretamente relacionada a melhores oportunidades de seu uso pela população, a grande aliada contra a violência, tendo em vista que locais bem iluminados auxiliam na inibição de atos de vandalismo, roubo e agressões.

A iluminação pública é essencial à qualidade de vida nos centros urbanos, atuando como instrumento de cidadania, permitindo aos habitantes desfrutar, plenamente, do espaço público no período noturno. Além de estar diretamente ligada à segurança pública no tráfego, a iluminação pública previne a criminalidade, embeleza as áreas urbanas, destaca e valoriza monumentos, prédios e paisagens, facilita a hierarquia viária, orienta percursos e aproveita melhor as áreas de lazer. (AVER, 2013)

O Plano de Revitalização Urbana dos bairros São Luiz e São José propõe a complementação da iluminação das vias públicas já existente com foco na iluminação específica para os novos passeios das vias compartilhadas. O design proposto possibilita o acoplamento à estrutura existente para reduzir os custos de implantação e uso de sistema de iluminação com maior eficiência luminosa e alta durabilidade.

## CONCLUSÃO

O planejamento tal como o conhecemos tem um enfoque majoritariamente físico, que frente à complexidade da cidade e à velocidade das suas transformações urbanas, assim como à demanda por parte dos seus habitantes por respostas a uma qualidade de vida democrática, sadia e inclusiva, assim devemos nos permitir o exercício de repensar estes instrumentos que utilizamos para abordar a cidade. O Plano de Revitalização Urbana dos bairros São Luiz e São José é o resultado dessa forma de fazer a cidade, que significa repensar como aprendemos a fazer a cidade, considerando que eficiente é aquela que cumpre a sua função quando acolhe de forma igualitária todos os seus habitantes, independente de renda.

Os Planos Diretores devem evoluir de suas características predominantemente estáticas e converter-se em “sistemas eficientes e resilientes” traduzidos na construção dos Planos de Pormenor. O Plano de Revitalização Urbana dos bairros São Luiz e São José é a possibilidade de mudança na dinâmica atual de fazer cidade através da gestão coordenada do seu território, de forma a garantir o acesso de todos às oportunidades que oferece, por meio do conhecimento técnico, com palestras, painéis, itinerários urbanos, visitas especializadas, networking e workshops, aonde os participantes (moradores e técnicos) possam intercambiar conhecimento e inspirar-se uns aos outros na mudança das suas cidades e territórios.

## REFERÊNCIAS

AVER, Ana. **A relação Iluminação Pública e Criminalidade**. Especialize, Brasil, jan. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/FernandoUlhoa/Downloads/a-relacao-iluminacao-publica-e-criminalidade-152947.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2018.

BALTAR, Antônio Bezerra. **Planos diretores para cidades pequenas e médias do Brasil**. In: ARQUITETURA. Rio de Janeiro, n. 22, 4/1964, p.7.

CARSALADE, Flávio. **BH. A cidade de cada um Pampulha**. Belo Horizonte, Conceito, 2007.

CERDÀ, Ildelfons. **Teoría General de la Urbanización: Y Aplicación de sus Principios y Doctrinas a la Reforma y Ensanche de Barcelona**. Madri: Imprenta Española, 1867. p. 815.

CULTURA, Fundação Municipal de. **Dossiê de candidatura do Conjunto Moderno da Pampulha para inclusão na Lista do Patrimônio Mundial**. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/FMC\_dossie\_conjunto\_moderno\_%20da\_pampulha.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

EDITORIAL, Equipo. Repensar la forma de hacer ciudad implica repensar cómo aprendemos a hacer ciudad. **Plataforma Arquitectura**, 25 jul. 2019. Disponível em: <https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/921672/repensar-la-forma-de-hacer-ciudad-implica-repensar-como-aprendemos-a-hacer-ciudad?utm\_medium=email&utm\_source=Plataforma%20Arquitectura&kth=1,365,374>. Acesso em: 31 jul. 2019.

FMC **Dossie Conjunto Moderno da Pampulha DOSSIE** <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/FMC\_dossie\_conjunto\_moderno\_%20da\_pampulha.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2018

GOITTIA, Fernando Chueca. **Breve história do urbanismo**. Portugal: Editorial Presença, 1982.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LARA, Fernando Luiz. **Excepcionalidade do Modernismo Brasileiro**. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2018.

MARX, Murillo. **Cidade Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

NIEMEYER, Oscar. "A forma na arquitetura". In: XAVIER, Alberto (org.). **Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. As curvas do tempo: memórias. Rio de Janeiro: Revan, 1998. A forma na arquitetura. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

PRÁXIS, Projetos e Consultoria Ltda. **Plano de Preservação do Conjunto Urbano da Pampulha**. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2009.

Souza, M. L. (2011). **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos** (8 ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

TELLA, Guillermo; AMADO, Jorge. **O Papel das ruas compartilhadas: Como recuperar a qualidade de vida no espaço público**. **Archdaily**, Brasil, v. 0, n. 0, p.0-0, 30 ago. 2016. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/794322/o-papel-das-ruas-compartilhadas-como-recuperar-a-qualidade-de-vida-no-espaco-publico-guillermo-tella-e-jorge-amado>. Acesso em: 07 ago. 2018.

WILHEIM, Jorge. **A tal da Reforma Urbana**. In: ARQUITETURA. Rio de Janeiro, n. 21, 3/1964, p.15.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acústica de salas 86, 93, 100

Arquitetura 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 43, 44, 45, 59, 71, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 99, 101, 102, 103, 104, 110, 111, 112, 122, 123, 124, 136, 137, 138, 139, 149, 151, 156, 163, 165, 166, 168, 169, 172, 174, 180, 181, 195, 205, 208, 213, 219, 221, 233

Arquitetura sustentável 101, 102, 103, 104, 110, 111

Assistência técnica 20, 21, 30, 34

### B

Bairro cidade-jardim 166

Bloco de terra comprimida 20

### C

Cidades inteligentes e sustentáveis 112, 119

Cidades médias 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 205, 206, 207

Competitividade 112, 113, 115, 116

Complexidade espacial 1, 8, 17

Configuración urbana 221

Crescimento 81, 105, 109, 114, 116, 140, 141, 142, 144, 151, 161, 167, 195, 196, 197, 199, 202, 204, 205, 206

### D

Densidad de población 50, 181

Desenho urbano 112, 113, 117, 118, 119, 166, 169, 233

Desenvolvimento sustentável 104, 110, 112, 113, 114, 115

Dinâmicas socioespaciais 151, 152, 156

### E

Espacio exterior 181

Espaços abertos públicos 208, 211, 215, 218

Experiência 3, 4, 10, 24, 26, 28, 29, 32, 33, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 83, 84, 122, 136, 137, 144, 145, 149, 207

Extensão universitária 20

### F

Forma urbana 118, 155, 156, 157, 164, 208, 209, 210, 212, 213, 216, 217, 218

### G

Gestão participativa 139, 141, 147, 149

Gestión del riesgo 48, 57

## H

Habitação 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 43, 44, 143, 144, 145, 146, 156, 160, 173, 202, 212

Habitação de interesse social 20, 21, 34, 44, 146

## I

iluminação 3, 13, 15, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 104, 128, 179, 180

Inmigrantes 221, 222, 223, 224, 225, 227, 231

Inovação 26, 40, 82, 104, 105, 112, 114, 115, 116, 119, 143, 162, 165

Instrumentos urbanísticos 139, 140

Interdisciplinaridade 122, 123, 124, 125, 136, 138

## J

Jardins filtrantes 101, 102, 103, 107, 108, 109, 110

## M

Medição acústica 86

Merchandising 71, 72, 73, 79, 80, 84, 85

Morfológico-funcional 195, 196, 199, 200, 201, 202, 206

## N

Neogótico 59, 60, 61, 65, 69

## O

Organización socio-espacial 45, 46, 54, 56

## P

Padrões tipo-morfológicos 152, 156

Paisaje urbano 221, 225, 231, 232

Pampulha 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 176, 177, 180

Parroquias católicas 59, 60, 69

Patrimônio histórico 166, 169

Plano de bairro 122, 123, 126

Plano diretor 141, 148, 150, 155, 159, 160, 170, 205, 208, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219

Pré-fabricados de concreto armado 36, 37, 41, 42, 43

Projeto urbano 125, 139, 141, 147

## Q

Qualidade acústica 86, 87, 98, 99

## R

Rede de equipamentos públicos 123, 124

Regionalismo crítico 1, 5, 6, 11, 17

Reuso de água 101, 102

## S

Sala de aula; tempo de reverberação 86, 87, 88, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99

Sistemas construtivos 36, 37, 38, 41, 43, 131, 137

Sustentabilidade 20, 22, 29, 33, 101, 104, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 163, 165, 173

## T

Tadao Ando 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19

Tipologias operárias 152

## U

Urbanismo 1, 4, 18, 20, 28, 32, 33, 34, 35, 36, 43, 44, 45, 46, 59, 71, 86, 89, 101, 102, 103, 112, 117, 122, 123, 124, 125, 136, 137, 138, 139, 140, 143, 149, 150, 151, 156, 165, 166, 168, 172, 180, 181, 185, 186, 187, 193, 194, 195, 208, 221, 232, 233

Urbanização 24, 28, 124, 139, 151, 154, 165, 169, 173, 195, 196, 202, 205, 210, 216, 219

## V

Varejo 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 80, 82, 84

Vestigios 59

Visual 7, 15, 71, 72, 73, 75, 76, 78, 79, 80, 83, 84, 85, 127, 131, 208, 209, 210, 211, 213, 215, 216, 217

Vivienda 24, 44, 50, 181, 185, 194

Vulnerabilidad sísmica 45, 46, 49, 50

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**